

A economia política cepalina: origens, auge e declínio¹

Bernardo Gouthier Macedo

Resumo: Este texto visa apresentar e analisar os trabalhos de Raúl Prebisch e Celso Furtado, de fins dos anos quarenta até início dos sessenta, que constituem o núcleo original, mais criativo e consistente da economia política cepalina (EPC). Esse foi o período em que a EPC gozou de maior influência na formulação de políticas econômicas na América Latina. As referências principais deste trabalho são: Prebisch (1949, 1950 e 1951) e Furtado (1961). Os textos aqui analisados constroem uma visão de desenvolvimento que tem como marca distintiva o estruturalismo e o economicismo. Temas não econômicos surgem de forma secundária, e ganhariam mais espaço somente mais tarde – quando, no entanto, o discurso econômico da EPC já perdera seu vigor.

Abstract: This paper is an analytical survey of the work of Raúl Prebisch and Celso Furtado from the late 40s up to the early 60s; this work constitutes the most creative, consistent and original core of the ECLA's political economy (EPE). That period was the one in which EPE was most influential in Latin American economic policy making. The main references of this paper are: Prebisch (1949, 1950 and 1951) and Furtado (1961). The essays that are analysed build an approach of development that has as distinctive marks structuralism and economicism. Non-economic issues are present only in a secondary way, and only later would gain more emphasis – when, however, EPE had already lost its strength.

O trabalho seminal de Raúl Prebisch²

O economista argentino Raúl Prebisch foi o fundador e principal artífice da EPC. Inicialmente como consultor da instituição, publicou sob sua própria autoria, mas já também sob a chancela da Cepal, em 1949, o texto que depois ficou conhecido como *Manifesto da América Latina* (Prebisch, 1949), no qual já estavam presentes praticamente todos os elementos mais relevantes da EPC. Daí até 1963 foi o secretário-executivo da Cepal, elaborando diretamente e coordenando sua equipe técnica em trabalhos e pesquisas que consolidaram a EPC como o auge do pensamento econômico originalmente latino-americano (Cardoso, 1977). Nos mais de vinte anos seguintes até seu falecimento, Prebisch continuou, direta e indiretamente, responsável pela produção de uma abundante literatura sobre o desenvolvimento econômico, quase sempre à frente ou envolvido em organismos multilaterais do sistema Cepal-ONU ou em órgãos de governo. Ao longo de todo esse período, Prebisch afastou-se pouco de suas formulações originais, embora houvesse

¹ Este texto é uma versão atualizada, principalmente na parte referente a Furtado, de Macedo (2002).

² Este item baseia-se em grande medida em minha dissertação de mestrado (Macedo, 1994).

alterações relevantes de postura e de ênfase, a incorporação de novos temas e a apresentação dos temas dos primeiros escritos sob nova roupagem conceitual.³

Em seus primeiros trabalhos na Cepal, contudo, Prebisch assume o tom entusiasmado e otimista de um dos maiores militantes em prol da industrialização latino-americana. Embora muitos o tenham visto como responsável pela elaboração de uma “teoria do desenvolvimento”⁴, sua principal preocupação não era teórica, no sentido forte do termo, nem acadêmica, ainda que ambos os aspectos não fossem desimportantes em sua obra. De fato, seu público-alvo era, principalmente, os responsáveis pela elaboração e implementação de políticas econômicas, principalmente na América Latina, mas também nos que ele chamaria de países centrais – especialmente os Estados Unidos, centro cíclico principal –, bem como, evidentemente, aqueles que, como ele próprio, estavam envolvidos com o tema do desenvolvimento econômico nas instituições multilaterais, sem deixar de lado o público acadêmico⁵.

Nesses primeiros anos de Cepal, o objetivo quase exclusivo, perseguido obsessivamente por Prebisch era o de convencer seu auditório de que os países da periferia deveriam acelerar sua trajetória na direção da industrialização. Porque, segundo ele, nos países centrais a industrialização, mais avançada, permitia a sua população se apropriar, em grande quantidade, dos “frutos do progresso técnico”, segundo a terminologia prebischiana, traduzidos em melhores condições de vida. Além disso, a tendência à “deterioração dos termos de troca” da produção primária da periferia frente aos produtos industrializados do

³ Nos anos setenta, Don Raúl radicaliza sua postura crítica frente ao descaminho da industrialização e do desenvolvimento latino-americanos.

⁴ Notadamente Rodríguez (1981). Como afirma Cardoso (1979, pág. 183), “a preocupação central [de Prebisch] não era com uma ‘teoria do desenvolvimento’, mas com a explicação de desigualdades entre economias nacionais que se estavam *acentuando* através do comércio internacional” (ênfase do autor).

⁵ O público-alvo de Prebisch é definido mais restritamente como composto pelos *policy-makers* da América Latina por Salviano Jr. (1993, pág. 99), em trabalho que avalia o discurso cepalino como retórica. Ver também Macedo (1994, pág. 51). Bianchi (2001), seguindo a pista de Furtado (1985), preocupa-se em distinguir diferentes públicos-alvo para o *Manifesto* – escrito por Prebisch ainda na condição de consultor da Cepal e, segundo ela, dirigido principalmente aos latino-americanos, adrede convencidos de suas proposições – e para o *Estúdio de 49* (Prebisch, 1950) – este com Prebisch já secretário-executivo de uma instituição das Nações Unidas, dirigindo-se portanto a um público hostil, de acadêmicos, *policy-makers* e funcionários de órgãos multilaterais, em sua maioria norte-americanos. Essa distinção, embora relevante, é desnecessária para os propósitos desta resenha – na qual importa ter presente que, em geral, o auditório a que Prebisch se dirigia era bastante amplo, e prioritariamente não acadêmico.

centro permitia a este apropriar-se também de parcela dos frutos do progresso técnico daquela, aumentando a distância entre suas condições de desenvolvimento.

Prebisch elenca vários argumentos teóricos que sustentariam a tese da deterioração dos termos de troca, e lança mão de estatísticas que a comprovariam. Tanto os argumentos como as estatísticas, pouco sistemáticos e às vezes contraditórios entre si, foram e são permeáveis a críticas de toda ordem. De fato, boa parte da artilharia acadêmica disparada contra Prebisch buscou munição em seus próprios argumentos e estatísticas para atacar a tese cepalina, identificando-a com a tese da deterioração dos termos de troca. A vasta polêmica em torno dessa tese prebischiana decerto ajudou a popularizá-la – para o bem e para o mal.

Mas esse argumento não é decisivo – porque, de resto, o que importa é a afirmação da dinâmica assimétrica da acumulação em sistemas econômicos mais e menos industrializados, em desfavor dos últimos⁶, que à época ainda estava sujeita a contestação (como, entre outras, no Brasil, a de Eugênio Gudin⁷). Essa afirmação é o que importa tanto do ponto de vista da consistência analítica do arrazoado proposto por Prebisch quanto, ainda mais importante, no que diz respeito à capacidade de convencimento retórico da platéia de Prebisch – que tinha debaixo de seus olhos a evidência da desigualdade entre o desenvolvimento econômico e social dos países centrais e da periferia.

Essa dinâmica assimétrica seria a característica fundamental do que Prebisch consagraria como o “sistema centro-periferia”, uma das metáforas mais poderosas do seu arsenal (Salviano Jr., 1993, *passim*), cuja origem remontaria à Revolução Industrial:

“A propagação universal do progresso técnico desde os países originários para o resto do mundo foi relativamente lenta e irregular (...). No largo período que transcorre desde a Revolução Industrial até a Primeira Guerra Mundial, as novas formas de produzir em que a técnica veio se manifestando incessantemente só abarcariam uma proporção reduzida da população mundial.

O movimento inicia-se na Grã-Bretanha, segue com distintos graus de intensidade no continente europeu, adquire um impulso extraordinário nos Estados Unidos e abarca finalmente o Japão (...). Foram formando-se assim os grandes centros industriais do mundo, em torno dos quais a periferia do novo sistema, vasta e

⁶ Cf. Cardoso, 1977, pág. 36.

⁷ Cf., por exemplo, Bielschowsky, 1988, *passim*.

heterogênea, tomava escassa parte no melhoramento da produtividade” (Prebisch, 1950, pág. 156).⁸

A periferia encontrava-se, até a primeira guerra, na etapa que foi chamada de “desenvolvimento para fora”, em que a demanda externa por produtos primários fornecia o dinamismo econômico aos países da periferia, e as divisas estrangeiras necessárias para adquirir os bens manufaturados que eles não produziam. (Prebisch, 1949, pág. 99). Segundo Prebisch, teria sido nesse período que os países da América Latina teriam adquirido sua “condição periférica”: em contraste com os países centrais, cuja estrutura produtiva, construída paulatinamente, alcançara grau elevado de diversificação e homogeneidade tecnológica, na periferia a penetração do progresso técnico teria sido lenta e restrita aos setores articulados à demanda externa, conformando uma estrutura produtiva dual – mais tarde se diria, heterogênea – e especializada em alguns produtos primários (Rodríguez, 1981, pág. 38 e *passim*).

As duas grandes guerras e a crise mundiais, ao bloquear o dinamismo da demanda externa, teriam criado as condições para inaugurar-se a etapa do “desenvolvimento para dentro”, quando os países latino-americanos iniciaram um processo de industrialização, substituindo importações por produção doméstica. Para além dos problemas decorrentes da tendência à deterioração dos termos de troca – provocada pelo excesso de mão-de-obra nos setores exportadores da periferia, *vis-à-vis* a rigidez à baixa dos salários no centro –, a industrialização na América Latina esbarraria em obstáculos determinados por sua condição periférica:

“a produtividade nestes países [da América Latina] é muito baixa porque falta capital, e falta capital por ser muito estreita a margem de poupança, por causa dessa baixa produtividade” (Prebisch, 1949, págs. 131-2).

Esse círculo vicioso, constitutivo da condição periférica, seria ainda mais difícil de ser rompido num sistema internacional cuja liderança pelos Estados Unidos, uma economia fechada, restringia a propagação dos impulsos dinâmicos emanados do centro para a periferia, onde as forças de capitalização eram frágeis, exatamente pela industrialização apenas incipiente.

⁸ Quando não mencionado, a tradução dos textos de Prebisch é sempre minha.

Dessa forma, Prebisch concluía que restava ao desenvolvimento industrial periférico ser acelerado pela intervenção estatal. De um lado, com políticas protecionistas, principalmente no âmbito comercial – o financeiro relegado a segundo plano, como seria marca registrada da EPC –, para compensar o pequeno grau de abertura do centro cíclico principal. De outro, através do planejamento do investimento, para potencializar o impacto dinâmico da poupança, escassa face ao grande e crescente diferencial de produtividade entre centro e periferia que deveria ser reduzido. Escassez tanto mais notável quanto se tenha presente que a redução desse diferencial de produtividade deveria ser realizada, ao menos numa primeira etapa, através da importação de bens de capital, portadores por excelência do progresso técnico, segundo a visão de Prebisch⁹. Vale dizer, escassez de poupança e escassez de dólares.

Num ambiente de racionamento de divisas, caberia à “cooperação internacional” o papel de complementar o esforço dos países periféricos: quanto mais generosa, menos agressivo precisaria ser o ativismo estatal. Nesse primeiro momento, Prebisch não levava em conta a possibilidade de que o carro-chefe da industrialização periférica fosse o investimento externo direto, que então se mostrava escasso mas, já a partir da segunda metade dos anos cinquenta, ao menos no Brasil, seria responsável pela compatibilização entre industrialização e poupança doméstica escassa – e, claro, dependência.¹⁰

A mensagem de Prebisch, aqui resumida de forma muito sintética, é, portanto, simples e clara: existe um sistema econômico internacional desigual, composto por centro e periferia, que se diferenciam basicamente por terem suas estruturas produtivas mais ou menos baseadas na indústria. E, para que a periferia primário-exportadora reduza sua vulnerabilidade externa e se desenvolva, num ambiente internacional adverso, seus estados nacionais devem adotar políticas industriais e comerciais ativas.

Como se vê, o discurso de Prebisch é quase exclusivamente econômico: não há considerações sobre a dimensão política, social ou cultural do desenvolvimento, temas que

⁹ Somente bem mais tarde, com o trabalho de Fernando Fajnzylber (1983 e 1990), sob inspiração neoschumpeteriana, a EPC adotaria um enfoque modernizado do progresso técnico, levando em consideração entre outros o papel decisivo das empresas.

¹⁰ Este seria o tema do trabalho também seminal de Cardoso & Faletto (1969).

só mais tarde seriam incorporados à EPC, mas sempre de maneira subordinada¹¹. E, mesmo no campo da economia, o tema que domina a cena são as estruturas produtivas. Prebisch quase nada tem a dizer sobre os aspectos financeiros de seu objeto: juros, câmbio, inflação, e finanças públicas primam pela ausência, em companhia da distribuição de renda e de qualquer outro tema que pudesse desviá-lo de seu alvo.

Ao longo do tempo, vários desses temas e aspectos seriam incorporados à EPC, alguns até mesmo pela pena do próprio Prebisch. Mas, ao menos no veio principal da EPC, mesmo dimensões decisivas do desenvolvimento periférico seriam incorporadas sempre atadas à obsessão com as estruturas produtivas. O exemplo conspícuo é o tratamento dado à inflação, a partir do final dos anos cinquenta, por autores como Noyola Vázquez (1957) e Osvaldo Sunkel (1958)¹². Inovador, inspirado em Kalecki (Love, 1996, pág. 161), o enfoque dos cepalinos tratou das causas da inflação provenientes de desequilíbrios dinâmicos do sistema produtivo, em contraste e confronto com a visão monetarista¹³. Mais do que isso: segundo Love (1996, pág. 161) o termo “estruturalismo”, que se tornou quase sinônimo da economia política cepalina, teria sido utilizado pela primeira vez como referido à EPC exatamente para diferenciar o enfoque original conferido pelos cepalinos ao fenômeno inflacionário.

Mas ao negar a inflação como fenômeno monetário a EPC também passou ao largo da dimensão financeira da inflação, jogando fora com a água de banho a criança. Esse aspecto seria desenvolvido, já nos anos setenta, principalmente pela cepalina Maria da Conceição Tavares, mas então já à frente de uma derivação campineira da EPC.

Dessa forma, o discurso de Prebisch, visto de hoje, parece datado. Mas uma conclusão peremptória nessa direção padeceria de anacronismo – de certa forma, todo discurso é datado, e deve ser confrontado e compreendido principalmente no ambiente

¹¹ Mais tarde esses aspectos seriam abarcados na teoria econômica pelo conceito de instituições.

¹² Anote-se também a participação precoce de Furtado (1954, págs. 179 e ss.) na construção desse enfoque. Ele próprio remete a elaboração mais bem desenvolvida, dentre os cepalinos, a Noyola (Furtado, 1985, pág. 185).

¹³ Como se sabe, a essa disputa teórico-ideológica em torno da inflação remonta o até hoje onipresente embate brasileiro entre desenvolvimentistas e monetaristas. Segundo reporta Furtado (1985, pág. 182), essa querela teria nascido no interior da própria Cepal, num momento em que Prebisch, influenciado pelo debate conjuntural da Argentina, teria assumido uma postura ambígua, oferecendo guarida aos argumentos ortodoxos dos anti-peronistas.

histórico em que é proferido. De fato, para além de suas virtudes persuasivas, preservadas pela restrição do objeto, pelo foco cerrado em suas proposições industrialistas, não se pode negar que a mensagem de Prebisch encontrava-se em notável sintonia com o percurso que a história concreta vinha oferecendo aos países latino-americanos. Mais que isso: como disse retrospectivamente Celso Furtado (1985, pág. 115), “a secretaria-executiva [da Cepal] oferecia-se para ser a parteira da história”.¹⁴ Mas a história que ele, ao perseguir, construía, iria cobrar-lhe, mais tarde, a responsabilidade pela negligência de vários elementos decisivos, não apenas na esfera econômica, para a compreensão do tema do desenvolvimento em sua enorme complexidade. Prebisch, então, não se furtou a essa responsabilidade e radicalizou seu discurso – mas, então, a ressonância de sua ideologia industrialista reciclada, e da EPC tomada mais largamente, era muito pouca.

Resta, antes de prosseguir rumo ao trabalho do “jovem” Celso Furtado, fazer algumas considerações, a partir da relação acima esboçada entre o trabalho de Prebisch e a história concreta, sobre o que Bielschowsky (1998, págs. 10 e seguintes) considera ser o elemento permanente e central da EPC, ao longo de suas cinco décadas, introduzido por Prebisch: a análise histórico-estruturalista:

“a força explicativa desse corpo analítico (...) deriva de um fértil cruzamento entre um método essencialmente histórico e indutivo, por um lado, e uma referência abstrato-teórica própria – a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano – por outro” (Bielschowsky, 1998, pág. 10, minha tradução).

Furtado e Cardoso, só para mencionar dois exemplos, reconhecem a centralidade desse aspecto, e especificam seu entendimento a respeito em vários trabalhos (entre outros, Furtado, 2000a, e Cardoso, 1972, pág. 90). Cardoso, coerente com sua postura à época, invoca para tal a dialética marxista, mas isso parece desnecessário. Prebisch, contudo, de forma bem menos pretensiosa, no quintal acadêmico, sente-se desobrigado de tratar de questões de método – em boa medida porque se trata de um método simples, pouco sofisticado, mas funcional ao seu objetivo. Algo como uma espontaneidade metodológica.

De fato, as idéias expressas em seus trabalhos iniciais sob a chancela cepalina sofreram múltiplas influências, de autores, de sua experiência acadêmica e profissional, e

¹⁴ Uma importante discussão em torno dessa afirmação de Furtado pode ser encontrada em Moraes (1987, pág. 175) e reforçada em Silva (1996, pág. 3).

vieram sendo elaboradas principalmente ao longo dos anos quarenta¹⁵. Assumiram, ao final, formato e conteúdo muito pessoais, de tal forma que a leitura de seus trabalhos remete imediatamente o leitor a sua autoria. Prebisch percebe nos modelos teóricos ortodoxos – as teorias/trabalhos de Heckscher-Ohlin e Samuelson eram recém-divulgadas – uma abstração que violentava a realidade a que ele assistia. Ele traz, portanto, a sua realidade para primeiro plano, uma realidade em que o desenvolvimento latino-americano, baseado na exportação de produtos primários, vinha buscando o caminho da industrialização para reduzir sua vulnerabilidade às crises internacionais:

“A realidade está destruindo na América Latina aquele esquema pretérito da divisão internacional do trabalho. (...) Nesse esquema correspondia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais. Não cabia ali a industrialização dos países novos. *Os fatos a estão impondo, contudo*. Duas guerras no curso de uma geração, e uma profunda crise econômica entre elas, demonstraram suas possibilidades aos países da América Latina, ensinando-lhes positivamente o caminho da atividade industrial” (Prebisch, 1949, pág. 99, ênfase do autor, tradução própria).

Estes são os primeiros parágrafos do *Manifesto*, e evidenciam o essencial do método de Prebisch, como ele trata de apreender a realidade histórica no que lhe parece fundamental, a condição periférica e suas estruturas produtivas – daí o histórico-estrutural. Colhe e propõe, em ambos os aspectos, elementos, teorias e estatísticas, num trabalho de síntese que adquiriu formato extremamente persuasivo e convincente, tudo voltado para a transmissão de sua mensagem básica – o chamamento à industrialização latino-americana.

As preocupações teóricas e metodológicas ganharam plano de maior destaque nos trabalhos dos seguidores de Prebisch na constituição da EPC – a começar por Furtado. Este, retrospectivamente, conta como, já na mesma época em que Prebisch divulgava seu Manifesto, suas idéias perseguiram a construção do enfoque histórico-estrutural, em contraste com a relativa despretensão de Prebisch nessa seara:

“Ao invés de reduzir a realidade a um modelo, esforcei-me em adotar um enfoque histórico, abarcando o que cabia e o que não cabia no marco explicativo do economista. A visão de Prebisch era essencialmente sincrônica: assinalava uma descontinuidade estrutural no sistema capitalista geradora de dinâmicas distintas nos

¹⁵ Para uma interpretação e um relato analítico minuciosos de sua gestação, ver Love, 1996, cap. 8, págs. 119-139.

segmentos central e periférico. (...) Interessava-me captar o desenrolar dos acontecimentos no tempo, o encadeamento dos fatores que perpetuavam o atraso clamoroso da economia brasileira. (..) Não observei a economia primário-exportadora brasileira como “periférica” e sim como de “tipo colonial”, o que me permitia reinseri-la em seu quadro histórico” (Furtado, 1985, págs. 67-8).

Aqui está explicitada a forma pela qual Furtado distingue seu trabalho do de Prebisch, inaugurando o enfoque histórico-estrutural, em ensaio preparado na segunda metade de 1949, publicado no início de 1950 (Furtado, 1950) e que, como mostra Szmrecsányi (1999), remonta à sua tese de doutorado – e culmina, nove anos depois, em *Formação Econômica do Brasil* (Furtado, 1959). Vamos, pois, a Furtado.

A teoria do subdesenvolvimento de Furtado

Essa mesma distinção entre a preocupação central dos trabalhos de Prebisch e Furtado é mencionada por Bielschowsky (1988, pág. 166):

“Na fase de lançamento das teses estruturalistas, a ênfase dos textos de Prebisch era que a industrialização representava a solução a que deveriam dedicar-se os países latino-americanos para superar o subdesenvolvimento. Esses textos têm o sentido geral de defesa de um amplo projeto. (...) Já a essa época, distintamente, o que predominava nos escritos de Furtado era uma preocupação algo diferente, qual seja, a de entender a dinâmica do processo de industrialização em pleno curso.”

O trabalho mais representativo que Furtado publicou à época sobre o tema é *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (Furtado, 1961), uma coletânea de ensaios que será a referência básica utilizada neste item¹⁶. Já na introdução, ele explicita sua preocupação com a análise histórico-estrutural:

“A necessidade de diagnosticar a problemática de sistemas econômicos nacionais, em fases diversas de subdesenvolvimento, levou-o [o autor, Furtado] a aproximar a Análise Econômica do método histórico. O estudo comparativo de problemas similares, no plano abstrato, em variantes condicionadas por situações históricas diversas e em distintos contextos nacionais, induziu-o progressivamente a adotar um enfoque estrutural dos problemas econômicos” (1961, pág. 13).

¹⁶ Esta coletânea não foi republicada por Furtado. Mas, alguns anos depois, depurada e retrabalhada parcialmente, formou parte importante de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (Furtado, 1967), que o autor reconhece como sua principal e mais acabada contribuição ao tema (Furtado, 1991, pág. 150), merecendo, até, reedição corrigida e esmerada um quarto de século depois (Furtado, 2001b). Mas *Teoria e Política* talvez não tenha muito mais do que vantagens formais sobre *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, além de ter sido concluído quando as preocupações de Furtado já estavam centradas em outros temas – nomeadamente, a estagnação. Assim, faz sentido que a referência básica aqui seja o trabalho de 1961.

O ensaio publicado como capítulo 4 desse mesmo livro intitula-se “Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento”¹⁷, no qual, nas primeiras linhas, ele demarca com clareza seu terreno:

“A Teoria do Desenvolvimento, na forma como é concebida nos grandes centros universitários do mundo ocidental, (...) apresenta a falha fundamental de ignorar que o desenvolvimento econômico possui uma nítida dimensão histórica. A teoria do desenvolvimento que se limite a reconstituir, em um modelo abstrato – derivado de uma experiência histórica limitada –, as articulações de determinada estrutura, não pode pretender elevado grau de generalidade” (Furtado, 1961, págs. 163-4).

Pode-se deixar assinalado, desde já, que, no frigidar dos ovos, a teorização furtadeana, amparada em seu método histórico-estrutural, talvez pudesse ser parcialmente descrita em termos muito próximos aos que ele utiliza acima para se referir a seus contendores. Alguns anos antes, no prefácio a *A Economia Brasileira*¹⁸ (Furtado, 1954, pág. 14), nosso autor conferia com clareza um papel diminuído à dimensão histórica no método de análise que tentava construir:

“A técnica de análise aqui adotada consiste substancialmente em uma tentativa de reconstituição da realidade através da caracterização de uma série de pontos estratégicos. Não nos interessa reproduzir aquilo que sucedeu em um dado momento histórico senão como elemento subsidiário que esclarece a forma como funcionava o sistema. É o mecanismo mesmo desse sistema que nos preocupa.”

Talvez, depois de um longo e muitas vezes tortuoso percurso, seja a citação acima a capaz de melhor exprimir a postura metodológica prevalecente em Furtado. Voltaremos a essa discussão. Mas, naquele momento, o que ele queria frisar era que, em sua visão, talvez houvesse, não um, mas dois modelos – desenvolvimento e subdesenvolvimento, em elaboração que se tornaria justificadamente quase uma marca do que teve de seminal o traço de Furtado:

“O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (Furtado, 1961, pág. 180).

¹⁷ Na introdução a essa coletânea de ensaios, Furtado afirma que os capítulos 4 e 5 foram escritos originalmente como uma monografia apresentada, em 1958, como tese de concurso à cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil.

¹⁸ Trabalho que culminaria na obra-prima furtadeana, *Formação Econômica do Brasil* (1959).

Furtado, dessa forma, explicita, na esteira de Prebisch, a questão da originalidade do subdesenvolvimento – em oposição direta ao recém divulgado trabalho de W. Rostow, *As etapas do crescimento econômico* (Rostow, 1961), no qual se defende a idéia de que há uma única trajetória de desenvolvimento, comum a todas as economias. E será essa originalidade que justificará a construção de teorias e a adoção de políticas também originais para as “estruturas subdesenvolvidas”.

Também como Prebisch, no que será de resto uma marca registrada da EPC, Furtado define desenvolvimento e subdesenvolvimento em termos estritamente atinentes às estruturas produtivas:

“O desenvolvimento econômico (...) consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho” (Furtado, 1961, pág. 91).

E, um pouco antes:

“O crescimento de uma economia desenvolvida é (...) principalmente um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação tecnológica desses conhecimentos. O crescimento das economias subdesenvolvidas é, sobretudo, um processo de assimilação da técnica prevalecente na época” (idem, ibidem, pág. 90).

Depois, definindo o subdesenvolvimento:

“podemos definir uma estrutura subdesenvolvida como aquela em que a plena utilização do capital disponível não é suficiente para a completa absorção da força de trabalho, ao nível de produtividade correspondente à tecnologia que prevalece no setor dinâmico do sistema. É a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia que caracteriza o subdesenvolvimento” (idem, ibidem, pág. 195).

O “jovem” Furtado, como se vê, abraça com desenvoltura uma concepção economicista e tecnicista de desenvolvimento¹⁹. Mesmo precedidas de um *disclaimer*, em que ele concede que “a análise econômica não nos pode explicar a dinâmica das mudanças sociais senão de maneira limitada” (idem ibidem, pág. 89), as afirmações citadas expõem um autor que deixa de lado a análise dos vetores políticos, culturais e sociais que também

¹⁹ Cf. Szmrecsányi, 1999, pág. 211.

respondiam pelo subdesenvolvimento²⁰. Só mais tarde, no Furtado “maduro” – e na EPC em seu conjunto – esses vetores seriam incorporados de forma explícita e decisiva²¹.

Furtado, nesse início dos anos sessenta, em sua proposta de “superação dialética” do trabalho de Prebisch²², parte da idéia de que a constituição dos sistemas econômicos à época maduros, desenvolvidos, é de fato o processo de surgimento do capitalismo industrial, no qual os vetores do crescimento econômico se tornam progressivamente endógenos – o que não ocorria no capitalismo comercial²³. Em particular, como o empresário industrial precisava comprometer adiantadamente (ou avançar) capital próprio no processo produtivo, cujo resultado poderia não ser posteriormente sancionado pelo mercado, “os custos de produção passam a ocupar o centro de suas preocupações” (Furtado, 1961, pág. 166). A necessidade, imposta pela concorrência e pela assunção do risco, de reduzir custos e preços é o acicate da busca contínua de aumentos de produtividade, cujo mecanismo é, por excelência, o progresso técnico.

Na primeira etapa de constituição do capitalismo industrial, o dinamismo econômico atuava pelo lado da oferta – baixando custos e preços, por meio do progresso técnico, para constituir mercados antes inexistentes, e absorvendo, paulatinamente, a mão-de-obra, abundante, que vinha sendo dispensada das atividades artesanais destruídas pela indústria nascente. Num segundo momento, o aumento de produtividade e lucratividade nas indústrias de bens de consumo induzia seus empresários a aumentar os investimentos, comprando máquinas e equipamentos. Constituía-se, aí, o setor de bens de capital, que também absorvia mão-de-obra, liberada agora também pela maior produtividade do setor de

²⁰ Apesar de Furtado afirmar, quase quarenta anos depois, que “já nos anos 50 (...) em nenhum momento o enfoque [deixou] de ser multidisciplinar, insistindo os autores mais influentes [da nova reflexão sobre o desenvolvimento, que teria necessariamente que conflitar com a doutrina liberal] na primazia dos aspectos políticos” (2000a, pág. 26). Cf. também Tavares (2000, pág. 130).

²¹ Na introdução a trabalho anterior, Furtado (1954, pág. 21) afirmava que “o processo de mudança cultural aparece por toda parte como a força criadora das civilizações”, ameaçando tratar com bastante abrangência o tema do desenvolvimento. A cultura, contudo, acaba nesse momento subsumida à técnica, porque seria esse “o campo de mais rápida mudança na sociedade moderna” (idem, ibidem), razão pela qual “estas questões estão no centro do problema do crescimento econômico das economias industriais modernas, nas quais o processo de formação de capital se articula intimamente com o desenvolvimento da tecnologia” (idem, págs. 21-22). Daí, o trabalho se articula em torno da economia e da técnica, e não mais retornará ao tema da cultura – só muitos anos depois.

²² A quem é dedicado o trabalho de 1954.

²³ Essa terminologia – bem como boa parte da teorização de Furtado – parece claramente haurida em Marx, em contraste com a nomenclatura mais “neutra” e técnica de Prebisch.

bens de consumo. E esse novo acréscimo de força de trabalho retroagia, agora pelo lado da demanda, sobre o setor de bens de consumo. O dinamismo econômico operava tanto do lado da oferta como do da procura dos bens finais de consumo (ibidem, pág. 169).

Uma vez concluída a absorção pelo capitalismo industrial do sistema artesanal e da mão-de-obra por ele liberada, a escassez relativa da força de trabalho impõe um aumento progressivo do salário real e, reativamente, uma aceleração da incorporação do progresso técnico, especialmente no setor de bens de capital.

Será por analogia ao processo de absorção do capitalismo comercial pelo industrial que Furtado irá introduzir o tema do subdesenvolvimento, como desdobramento da formação de economias de tipo colonial. Segundo ele, uma das linhas de expansão mundial do capitalismo industrial, a partir da Europa, deu-se através da incorporação de sistemas econômicos pré-capitalistas em regiões de antiga colonização:

“a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo” (ibidem, pág. 180).

A intensidade do impacto econômico do capitalismo industrial sobre os sistemas pré-capitalistas dependia, basicamente, do volume relativo de mão-de-obra daquele sistema absorvido pelo núcleo capitalista – que era, em geral, de início, pequeno. Além disso, os estímulos à transformação daquela estrutura em um sistema industrial desenvolvido eram limitados pelo fato de que a massa de lucros gerada no pólo capitalista não se integra na economia local (ibidem, pág. 182).

Em trabalho anterior, ele enumerava as características centrais das economias coloniais, em oposição às industriais:

“O quadro que se forma numa economia colonial pode ser, portanto, o seguinte: a) recursos naturais não utilizados, porque não é possível aumentar a exportação de produtos primários que podem ser produzidos com vantagem relativa; b) recursos humanos sub-utilizados, porque não está crescendo a produção no setor primário exportador e porque, não obstante o custo relativamente baixo da mão-de-obra, a economia não poderia competir no setor manufatureiro com os países industrializados; c) recursos financeiros sem encontrar aplicação dentro da economia, pelas razões indicadas nos dois itens anteriores, devendo portanto emigrar. Esse quadro poderia perfeitamente ser identificado com a situação que prevalece atualmente em numerosos países de economia colonial. Trata-se, na

verdade, de uma situação de equilíbrio com sub-utilização de todos os fatores. O impulso de crescimento resultante da criação de um núcleo colonial estaria, destarte, totalmente arrefecido” (Furtado, 1954, pág. 67).

Nesse quadro teórico, Furtado sempre irá concretizar seu enfoque histórico-estrutural tendo presente o caso brasileiro, economia que transitara da condição colonial para o capitalismo industrial subdesenvolvido. De fato, segundo ele, no Brasil “a massa de salários no setor ligado ao mercado internacional foi suficiente para dar caráter monetário a uma importante faixa do sistema econômico” (Furtado, 1961, pág. 185), produzindo uma diversificação dos hábitos de consumo, satisfeitos com importações. Nos momentos de retração da demanda externa, em condições de preservação relativa da renda monetária interna, havia, portanto, estímulos à produção doméstica de bens de consumo, cuja importação tornava-se mais difícil, processo que levou à criação de um núcleo industrial voltado ao mercado interno²⁴. A dimensão da economia colonial brasileira também teria sido fator importante, segundo Furtado, para sua paulatina introversão:

"A experiência brasileira surge como um caso especial, o que se deve à sua própria magnitude. De fato: dada a grande abundância de terras aptas para plantar café e a elasticidade da oferta de mão-de-obra, as inversões na cafeicultura não encontraram limitação pelo lado da oferta de fatores. (...) A única diferença, com respeito à experiência centro-americana, estava em que, havendo oferta elástica de fatores, os lucros eram invertidos na própria base que os gerava. E essas volumosas inversões efetuadas no setor cafeicultor – mesmo quando sua rentabilidade real era relativamente baixa – provocavam a absorção da economia de subsistência preexistente e financiavam a imigração européia, promovendo, assim, a expansão do setor monetário dentro da economia. Como as necessidades de manufaturas desse setor eram bastante elevadas, surgiu um mercado de produtos manufaturados, que justificaria, mais tarde, a criação de um núcleo industrial, tornando possível, com o tempo, a transformação estrutural da economia" (idem, *ibidem*, págs. 187-188).

Ao contrário dos países desenvolvidos, a constituição do núcleo industrial no Brasil não teria tido na oferta seu impulso dinâmico, mas na demanda preexistente. Mas os estímulos que o arrefecimento do dinamismo externo proporcionava à indústria local eram limitados pela própria redução da capacidade de importação, que encarecia a internalização de bens de capital necessários para a progressiva endogeneização do progresso técnico no sistema industrial subdesenvolvido. Mas, paulatinamente, a diversificação industrial

²⁴ O mercado interno tinha como origem direta a economia de subsistência que foi se constituindo paralelamente à economia de exportação (Furtado, 1954, pág. 83 e seguintes).

passava a abranger também o setor de bens de capital, o que possibilitava o prolongamento do crescimento econômico mesmo sob contração da capacidade de importação.

No trabalho de 1954, em seu capítulo quarto, Furtado destacou o papel crucial desempenhado pela política de proteção ao café e pela política cambial na viabilização do início, não intencional, da industrialização brasileira – no processo que ele chamou de “deslocamento do centro dinâmico” da economia brasileira do setor exportador para o setor industrial voltado para o mercado interno. Ao debilitamento da demanda externa ocorrido no ambiente pós-primeira Guerra Mundial, e acentuado pela crise de 1930 e pela Segunda Guerra²⁵, o governo brasileiro e o complexo cafeeiro haviam respondido com os esquemas de valorização internacional do café, que tiveram como efeito colateral a sustentação anti-cíclica da renda doméstica. Tornada mais rentável a produção para o mercado interno do que para o externo, apesar da desvalorização cambial, num primeiro momento esse crescimento da produção doméstica apoiou-se na utilização mais intensiva de capacidade produtiva então ociosa, aproveitando-se também, segundo Furtado, do acesso a bens de capital de segunda mão, provenientes de fábricas que haviam fechado as portas em países mais atingidos pela crise industrial (págs. 138-139). Mas esse processo de industrialização foi capaz de, paulatinamente, criar condições propícias ao aumento da produção de bens de capital²⁶, até pelo encarecimento relativo dos importados, viabilizando a ampliação do núcleo industrial no país – e sua posterior transformação qualitativa no “fator dinâmico principal no processo de criação da renda”.²⁷

Ainda assim, o fato de os empresários nacionais serem obrigados a se pautar pela concorrência externa os levava a optar por tecnologias poupadoras de mão-de-obra, o que fazia com que a estrutura ocupacional do país se modificasse com lentidão (pág. 192). Preservava-se, portanto, como traço típico dos países subdesenvolvidos, o alheamento de grande parte de sua população aos benefícios do desenvolvimento (pág. 193).

²⁵ Prebisch havia dito antes (citado à pag. 8 deste trabalho) como duas guerras mundiais, e uma crise profunda entre elas, haviam ensinado positivamente aos países latino-americanos o caminho da industrialização.

²⁶ Na ausência de citação de fontes estatísticas, Furtado apenas afirma que mede a produção de bens de capital no Brasil pela “de ferro e aço e cimento” (1954, pág. 139). Para uma análise da parca citação bibliográfica e estatística de Furtado, ver Szmrecsányi (1999).

²⁷ Essa formulação adquiriria versão definitiva em Furtado, 1959, cap. XXXII.

Essa, em breve resumo, a teoria do subdesenvolvimento elaborada por Furtado no início dos anos sessenta. Vazada, como se vê, basicamente em termos econômicos, tendo como fio condutor a forma desigual pela qual o progresso técnico e seus frutos se disseminaram a escala mundial – tal como em Prebisch. A diferenciá-los, talvez, há a predominância, em Prebisch, como vimos, do pragmatismo – menos teoria, mais convite normativo à ação. Em Furtado, a preocupação maior e mais explícita de conferir maior precisão e generalidade à teorização – que ele chama de ênfase no aspecto estrutural da teoria – e de concatená-la e ilustrá-la com uma história estilizada do capitalismo industrial, desenvolvido e subdesenvolvido.²⁸

O aparato analítico de Furtado e a construção do método histórico-estrutural têm como influência importante uma leitura muito particular e atenta de Marx²⁹ – realizada no primeiro capítulo –, em quem ele se inspira para enfatizar a centralidade da estrutura produtiva, da acumulação de capital, do progresso técnico, a divisão departamental da indústria em bens de consumo e bens de produção, a idéia de que, uma vez constituído esse segundo departamento, o processo de acumulação ganharia movimento endógeno pleno – e, não menos importante, o apoio da teoria na história do capitalismo. Ressalta, como ponto fundamental de discordância da leitura furtadeana de Marx o tema do exército industrial de reserva – para Furtado, inexistente no capitalismo maduro, mas presente, sob a forma da oferta elástica de mão-de-obra, nas estruturas subdesenvolvidas.³⁰

Nos capítulos 5 e 6 de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Furtado irá explicitar, com base na teoria, suas preocupações prescritivas. E essas são, essencialmente, idênticas às de Prebisch: deve-se preservar as políticas de desenvolvimento e, para isso, é preciso planejar o investimento para reduzir os desequilíbrios estruturais de balanço de pagamentos e monetários inerentes às trajetórias de crescimento das estruturas subdesenvolvidas:

²⁸ Szmrecsányi (1999, pág. 207) classifica Furtado como um "economista com conhecimentos de História", embora veja nessa classificação alguns problemas, a propósito dos quais ele produz esse texto.

²⁹ Cf. Coutinho (2001, pág. 35).

³⁰ Sua interpretação eclética de Marx soma-se à crítica veemente ao "distributivismo ideológico dos neoclássicos" e à incorporação, também eclética, de elementos analíticos e teóricos de outros autores, com destaque para Schumpeter – em quem Furtado elogia o foco no progresso técnico – e para o que nosso autor chama de "teoria da maturidade econômica" do keynesiano Alvin Hansen, talvez o inspirador do viés estagnacionista então já presente em Furtado – discutido mais à frente.

“não existe qualquer razão fundamental para que o desenvolvimento não possa processar-se a um ritmo rápido e em condições de relativa estabilidade, tanto interna como externa. O que se procurou demonstrar foi, tão-somente, a inviabilidade de semelhante ocorrência, nas fases intermédias e avançadas do subdesenvolvimento, sem uma orientação [“positiva”] do processo de formação de capital” (Furtado, 1961, pág. 231).

Noutros termos, Furtado defende a condução deliberada pelo Estado de uma política de industrialização que teria como eixo um processo de substituição de importações. Desenvolvimento e industrialização são quase sinônimos – de novo, como em Prebisch³¹.

No sexto e último capítulo, Furtado aplica suas teorizações e prescrições ao caso brasileiro – o qual, desde logo, embora nem sempre de forma explícita, está sempre em estreita conexão com o trabalho do nosso autor. Depois de mostrar como seu esquema analítico do subdesenvolvimento está colado à história concreta – ainda que estilizada – da industrialização brasileira, ele prossegue afirmando que, a par do “deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para o setor industrial” (pág. 243), houve também a internalização dos centros de decisão das medidas de política econômica, dos interesses ligados ao setor externo para aqueles voltados para o desenvolvimento interno, cristalizados no Estado. E vai mais além:

“Após a grande expansão da indústria de bens de produção ocorrida no último quinquênio, pode-se assegurar que a economia brasileira aproximou-se do grau de diferenciação necessário para que seu desenvolvimento dependa basicamente de fatores endógenos. Alcançado esse ponto, a demanda básica de importações tenderá a reduzir-se às dimensões correntes da capacidade para importar. Em outras palavras: a taxa ‘necessária’ de crescimento – correspondente à plena ocupação da capacidade instalada – poderá ser alcançada sem pressão inflacionária incontível, dado um influxo ‘normal’ de recursos externos” (Furtado, 1961, pág. 253).

Com todas as letras, Furtado está afirmando que, ao menos do ponto de vista econômico-produtivo, o Brasil identifica-se com uma estrutura desenvolvida. Teria como que se “completado” o processo de industrialização³².

Mas, como se viu anteriormente, na teorização furtadeana, aplicada agora ao caso brasileiro, o fato de as economias subdesenvolvidas terem como motor, desde o início de

³¹ “Observados em conjunto os três últimos decênios, (...) comprovamos que neles o desenvolvimento [brasileiro] assumiu a forma de um processo de industrialização” (Furtado, 1961, pág. 253).

seu processo de industrialização, a incorporação do progresso técnico no estágio poupador de mão-de-obra dos países desenvolvidos, a industrialização se completa sem disseminar o progresso técnico e seus frutos ao setor primário, que segue empregando vastos contingentes populacionais em condições de baixa produtividade e baixos salários.

Não se supera, portanto, o subdesenvolvimento. À manutenção da exclusão social Furtado acresce uma preocupação com a ausência de vetores de dinamismo, quando se completa a industrialização e se encontra preenchida com oferta nacional a demanda preexistente antes suprida com importações. Esgotada a substituição de importações, a economia tenderia à estagnação – tema que nosso autor traria à frente da cena alguns anos mais tarde. Furtado receita, para prosseguir ambas as trajetórias – crescimento e desenvolvimento –, a adoção de políticas visando homogeneizar o progresso técnico e distribuir melhor seus frutos, industrializando também a agricultura – seja diretamente, por uma reforma agrária, seja aumentando a produtividade da indústria para baratear os bens de capital para o setor primário. E isso seria um imperativo: para evitar a eclosão de tensões sociais agudas (pág. 266), as reformas, em voga no Brasil à época.

Ainda é uma incitação ao desenvolvimento, tal como em Prebisch, ecoando o perfilamento do homem de ação Celso Furtado ao lado de Juscelino Kubitschek, no enfrentamento com o FMI e as políticas de ajuste por ele inspiradas. Mas o tom parece já menos otimista. Furtado, dando o diapasão do caminho que seria percorrido pela EPC daí para a frente, agrega à agenda preocupações sociais e políticas, embora ainda de forma incipiente, já acusando a consciência de que a industrialização não teria cumprido a tarefa a ela atribuída pela Cepal. Logo em seguida, caberia a Furtado a tarefa de exercitar seus pendores de planejador e elaborar e colocar em prática um plano de governo, o Plano Trienal, buscando conjugar estabilização – no curto prazo – e desenvolvimento – num futuro incerto. Como se sabe, o Plano fracassou, impotente sequer para levar a cabo suas metas ortodoxas de curto prazo – quanto mais checar na prática a compatibilidade entre uma política ortodoxa de estabilização e a abertura de um novo horizonte de desenvolvimento (*plus ça change, plus c'est la même chose*). E, claro, a relação de causa e efeito entre o insucesso nos dois planos, e a contradição entre os dois objetivos, era alvo de

³² Essa mesma idéia reaparecerá, muitas vezes sem menção a Furtado, em outros autores da EPC –

crítica incisiva de Furtado há muito tempo. Submergindo juntamente com a política econômica desenvolvimentista, já está claro o declínio da EPC³³.

Essa consciência vai se agudizando em Furtado, à medida que a conjuntura política e econômica brasileira também se agudiza – e o leva a embarcar nos reclamos reformistas, para além da luta pela industrialização. No imediato pós-64, o pessimismo toma conta e o reformismo cede o primeiro plano para o estagnacionismo subconsumista de que ficou à época presa a análise furtadeana³⁴. Celso Furtado, que teorizava para a ação, para a política pública, foi alijado de suas incumbências e de seu país – e restou prosseguir, cada vez mais desencantado, na teorização.

Coube a outros autores construírem, daí por diante, desdobramentos mais prolíficos da EPC. Ressaltam-se, no final dos anos sessenta e início dos setenta, o trabalho de Cardoso & Faletto (1969), que inaugurou a chamada “teoria da dependência”, e o de Tavares & Serra (1970), que inaugurou a “Escola de Campinas” – ambas notoriamente caudatárias da EPC. No leito principal do programa cepalino “puro-sangue”, cabe destaque à sua atualização feita por Fernando Fajnzylber – bem como aos trabalhos bem mais recentes de Prebisch (1981) e Furtado (1984), quando a ênfase analítica recai sobre fatores institucionais e culturais, que passam a compartilhar o proscênio com os “velhos” vetores estruturais.

Referências bibliográficas

- Bianchi, Ana Maria (2001). “For different audiences, different arguments: economic rhetoric at the beginning of the Latin American School”. Texto apresentado à Jornada Nacional sobre Desenvolvimento, organizada pelo IE/UFRJ, Cedeplar/UFMG, IE/Unicamp e PUC/SP: Rio de Janeiro, agosto de 2001, mimeo.
- Bielschowsky, Ricardo (1988). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes.

nomeadamente em Cardoso & Faletto (1969) e Cardoso de Mello (1975). Cf. Coutinho (2001, pág. 39).

³³ Ou do desenvolvimentismo, como mostra o trabalho de Bielschowsky (1988). Cf. também Bianchi (2001).

³⁴ Ver, entre outros, Nabuco (2000), págs. 64 e seguintes, e Bielschowsky (1998, pág. 34).

- Bielschowsky, Ricardo (1998). "Cincuenta años de pensamiento en la Cepal: una reseña". In: Cepal, *Cincuenta años de pensamiento en la Cepal: textos seleccionados*, Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998, 2v, págs. 9-61.
- Cardoso, Fernando Henrique (1972). "A dependência revisitada". In Cardoso, F.H., 1993, págs. 81-123.
- Cardoso, Fernando Henrique (1977). "Originalidade da cópia: a Cepal e a idéia de desenvolvimento". In Cardoso, F.H., 1993, págs. 27-80.
- Cardoso, Fernando Henrique (1979). "O desenvolvimento na berlinda". In Cardoso, F.H., 1993, págs. 179-226.
- Cardoso, Fernando Henrique (1993). *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias de desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- Cardoso, Fernando Henrique & Enzo Faletto (1969). *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- Cardoso de Mello, João Manuel (1975). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- Coutinho, Maurício Chalfin (2001). "Incursões marxistas." *Estudos Avançados*, vol. 15, no. 41, janeiro/abril. São Paulo: IEA/USP, págs. 35-48.
- Fajnzylber, Fernando (1983) *La industrialización trunca de América Latina*. México: Editorial Nueva Imagen/Centro de Economía Transnacional.
- Fajnzylber, Fernando (1990) *Industrialización en América Latina: de la "caja negra" al "casillero vacío"*. Santiago de Chile: Cepal, Cuadernos de la Cepal.
- Furtado, Celso (1950). "Características gerais da economia brasileira." *Revista Brasileira de Economia*, v. 4, n. 1, págs. 7-33. Rio de Janeiro, março.
- Furtado, Celso (1954). *A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite.
- Furtado, Celso (1959). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984, 19ª edição.
- Furtado, Celso (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Furtado, Celso (1967). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, coleção *Os Economistas*.
- Furtado, Celso (1984). *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1985). *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1991). *Os ares do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (2000a). *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (2000b). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10ª edição revista pelo autor. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

- Love, Joseph L. (1996). *Crafting the third world: theorizing underdevelopment in Rumania and Brazil*. Stanford: Stanford University Press.
- Macedo, Bernardo Gouthier (1994). *As idéias de Raúl Prebisch sobre a industrialização periférica: 1949-1954*. Dissertação de mestrado, Campinas: IE/Unicamp, mimeo.
- Macedo, Bernardo Gouthier (2002). "Prebisch e Furtado: a economia política cepalina do economicismo à cultura". Mimeo. Texto apresentado ao VII Congresso Nacional de Economia Política.
- Moraes, Reginaldo C. Corrêa de (1987). *Planejamento: Democracia ou Ditadura? – intelectuais e reformas sócio-econômicas no pós-guerra*. Tese de doutoramento, FFLCH-USP, mimeo.
- Nabuco, Maria Regina (2000). "Estado e projeto nacional nas obras iniciais de Celso Furtado". In: Tavares, M.C. (org.) *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, págs. 59-70.
- Prebisch, Raúl (1949). "El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas". In: Gurrieri, Adolfo, org., *La obra de Prebisch en la Cepal*, 1982, v. 1, pp. 99-155.
- Prebisch, Raúl (1950). "Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico". In: Gurrieri, Adolfo, org., *La obra de Prebisch en la Cepal*, 1982, v. 1, pp. 156-247.
- Prebisch, Raúl (1951). "Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico". In: Gurrieri, Adolfo, org., *La obra de Prebisch en la Cepal*, 1982, v. 1, pp. 248-297.
- Prebisch, Raúl (1981). *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica. Sua primeira parte foi republicada em Gurrieri (org.), 1982, 2º volume, págs. 485-496.
- Rodríguez, Octavio (1981). *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense.
- Rostow, Walt W. (1961) *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Salviano Jr., Cleofas (1993). *O discurso cepalino: ensaio de análise retórica*. Dissertação de mestrado, São Paulo: FEA/USP, mimeo.
- Silva, Sérgio (1996). "As razões da razão". Revista idéias, 1996.
- Sunkel, Osvaldo (1958). "La inflación chilena: un enfoque heterodoxo". In Cepal, *Cincuenta años de pensamiento en la Cepal: textos seleccionados*, Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998, 2v, págs. 287-323.
- Szmrecsányi, Tamás (1999). "Sobre a formação da *Formação Econômica do Brasil* de C. Furtado". *Estudos Avançados*, v. 13, n. 37, set./dez. 1999. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP.
- Tavares, Maria da Conceição (2000). "Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes". In: Tavares, M.C. (org.) *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, págs. 129-154.

- Tavares, Maria da Conceição & José Serra (1970) “Além da estagnação”. In: Tavares, M. C. *Da Substituição de importações ao capitalismo financeiro – ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- Vásquez, Juan F. Noyola (1957). “Inflación y desarrollo económico en Chile y México”. In Cepal, *Cincuenta años de pensamiento en la Cepal: textos seleccionados*, Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998, 2v, págs. 273-286.